

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO RS PARA AS ESCOLAS REPUBLICANAS (1898)¹

Maximiliano Mazewski Monteiro de Almeida

Resumo

O artigo investiga o processo de adoção do primeiro livro didático de Geografia do RS às escolas elementares da República, analisa o conteúdo da obra e os métodos do autor, evidenciando como esse manual escolar serviu de suporte material tanto para a memória oficial quanto dos opositores ao governo. A investigação demonstra que o sistema argentino de ensino influenciou desde a reorganização da instrução pública até a ausência de mapas ilustrativos no compêndio escolar de Henrique Martins (1898).

Palavras-chave: livro didático; geografia; escolas republicanas.

THE TEXTBOOK OF RIO GRANDE DO SUL'S GEOGRAPHY FOR THE REPUBLICAN SCHOOLS (1898)

Abstract

This article investigate the adoption process to first school book of Rio Grande do Sul's Geography to the primary school grad of Brazilian Republic and analyzes it teaching lessons and the author method employed at this school book, bringing evidences from how that geography's manual was used as material support to the official memory and enough for the govern opositories. This historiography search is competent to prove the argentine teaching system influence since the reorganization of public instruction till the no utilizing illustrative maps in that didact book by Henrique Martins (1898).

Keywords: textbook; geography; republican schools.

¹ O presente artigo resulta da dissertação de Mestrado *Mandado Adopatar: livros didáticos de História e Geografia do RS para as escolas elementares (1896-1902)*, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Helena C. Bastos (PUCRS/2007).

EL LIBRO DIDÁCTICO DE GEOGRAFÍA DE RIO
GRANDE DO SUL PARA ESCUELAS REPUBLICANAS
(1898)

Resumen

El artículo investiga el proceso de la adopción del primero libro didáctico de la Geografía del Estado del Rio Grande do Sul a las escuelas elementares de la Republica brasileña e analizando el contenido de la obra y los textos empegados por su autor, evidencia como ese manual escolar servio de soporte material tanto para la memoria oficial cuanto a los opositores daquelle gobierno estadual. La investigación demonstra que lo sistema argentino de enseñanza influencio desde la reorganización de la instrucción publica hasta la ausencia de mapas ilustrativos en el manual escolar hecho por Henrique Martins (1898).

Palabras clave: libro didáctico; geografia; escuelas republicanas.

LE LIVRE DIDACTIQUE DE GÉOGRAPHIE DE RIO
GRANDE DO SUL POUR LES ÉCOLES
RÉPUBLICAINES (1898)

Résumé

L'article examine le procès d'adoption du premier livre didactique de Géographie de Rio Grande do Sul dans les écoles élémentaires de la République. On analyse le contenu de l'ouvrage et les méthodes de son auteur pour montrer comment ce manuel scolaire a servi de support matériel et pour la mémoire officielle et pour les opposants du gouvernement. L'investigation montre que le système argentin d'enseignement a influencé la réorganisation de l'instruction publique et explique même l'absence de cartes illustratives dans le manuel scolaire d'Henrique Martins (1898).

Mots-clés: livre didactique; géographie; écoles républicaines.

Introdução

Nesse artigo, analiso o livro didático *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul*, sob autoria de Henrique Martins, professor do Colégio Militar de Porto Alegre, apresentado para a avaliação do Conselho Escolar em dezembro de 1897. Entre as justificativas para concentrar a pesquisa no livro didático de Geografia, destaco que, sobre manuais escolares desse gênero há poucos estudos, tornando-se mais rarefeitos quanto maior a distância do objeto pesquisado das práticas cotidianas do sujeito pesquisador.

A história da manualística escolar² de História e Geografia do RS nos ensina que, desde o primeiro manual do período republicano, seus autores também foram profissionais de diferentes áreas - Jornalistas, principalmente; enquanto os livros didáticos de Geografia do RS originaram-se de catedráticos ou especialistas nesta Ciência. Os compêndios regionais de história, por exemplo, em relação ao tempo presente, têm recebido atenção especial de pesquisadores (LAYTANO, 1979; FLORES, 1989), enquanto os de Geografia, praticamente, foram esquecidos pela historiografia³.

O registro mais antigo à aquisição de livros didáticos, no RS, encontra-se nas Atas do Conselho Diretor de Instrução Pública, em 22 de julho de 1873. Naquela ocasião, em sua 4^a

² Augustin Escolano Benito, atualmente, tem proposto denominar de manualística um novo campo disciplinar para as Ciências da Educação "que agruparia todo o conjunto de estudos em torno da história dos modos de projeto, produção e uso dos livros escolares. Este campo, que está dando origem a um corpus de conhecimentos acadêmicos especializados, começa a construir rubricas de estudo no currículo de história da educação, integrando-se nos programas de investigação sobre a cultura da escolar".

³ Encontrei apenas duas notas bibliográficas, uma em Ari Martins (1978, p.351) e outra, em Pedro Villas-Boas (1974, p.302).

reunião, foi definida a compra de "100 livros de 'História do Brasil' de Pe. Pinheiro a 1:800 réis e de 200 'Geographias' de Berlinck por 900 réis"⁴. A partir disso, podemos afirmar que os manuais escolares de geografia do RS, desde o século XIX, foram produzidos por educadores, especialistas nessa disciplina⁵.

Em 1897, sob o decreto N.º. 89, de 02 de fevereiro, foi reorganizada a instrução pública no RS aos moldes castilhistas⁶. Instituída a obrigatoriedade do ensino de Geografia regional, um manual para auxiliar nesses estudos tornou-se necessário. O discurso oficial já apontava a "falta de uma Geografia e História do Estado, escritas de acordo com as modernas exigências do ensino" (Relatório, 1896, p.296) e admitia que "muito se ressentem o nosso ensino público primário de uma geografia do Estado" (idem, p.304), permitindo aos membros do Conselho Escolar desconsiderarem alguns critérios do novo regulamento para aceitar o livro de Henrique Martins, entregue em manuscrito. Durante a sessão de 22 de dezembro de 1897, foi aberta exceção para o recebimento de obras manuscritas. O inspetor Arthur Toscano⁷ defendeu,

Considerando que o Conselho Escolar funciona pela primeira vez, colhendo de surpresa aos autores de obras didáticas com a decisão de não receber livros manuscritos

⁴Instrução Pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro de Atas das Sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895. Livro I-55. p12. O título do livro era *Compêndio de Geografia da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, autoria do professor Eudoro Berlinck, publicado em 1863. Esse compêndio escolar foi republicado em 1965, através de iniciativa do prof. Dante de Laytano, que reeditou uma série de obras científicas sobre o RS.

⁵ Na década de 1860, o prof. Eudoro Berlinck era membro do Conselho de instrução pública e possuía uma escola em atividade na capital (RS).

⁶ Ver TAMBARA, Elomar. *A educação no RS sob o castilhismo*. Pelotas: Ed. Seiva, 2006.

⁷ Inspetor da 1ª região escolar – sede Porto Alegre

e os impressos apresentados depois do dia 20 sejam admitidos ao exame deste conselho todas as obras desse gênero impressas e manuscritas apresentadas no curso desta sessão (AHRGS, livro 56, p.6)

O Inspetor Geral, Manuel Pacheco Prates, nomeou a Toscano, Penna e Cidade (Arthur Toscano S. Barbosa, José Penna de Moraes e Lucio Cidade) para elaborarem parecer sobre os livros História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico, por João Cândido Maia; Geographia do Estado do Rio Grande do Sul, por Henrique Martins; e Poder da Vontade⁸ por D. Rosa Fontana.

De manuscrito a livro oficial

A aprovação de *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul* (1898) foi marcada por um intenso debate, em 31 de dezembro de 1897, na décima sessão do Conselho Escolar. O debate estabelecido no Conselho Escolar levou os inspetores decidirem através do voto. As reconhecidas "competências" do autor serviram de argumento para defender o manuscrito, porém a falta de afinidade da obra ao método intuitivo havia concentrado as críticas dos avaliadores.

Em ata foram registrados os argumentos que representavam a divisão de opiniões, no Conselho Escolar, além de

⁸ Os editores sul-rio-grandenses eram, famosos pela pirataria. Protegidos da constituição, imprimiam livros sem a autorização dos editores originais e não efetuavam o pagamento de direitos autorais. "O poder da vontade", obra cuja autoria foi de Samuel Smiles, tratava-se de um livro de auto-ajuda, publicado e distribuído pelas livrarias de Garnier, no século XIX, no Rio de Janeiro, traduzido, por orientação do próprio autor Samuel Smiles, a partir da edição francesa, trabalho realizado por Antônio José Fernandes dos Reis. Protegidos da constituição, imprimiam livros sem a autorização dos editores originais e não efetuavam o pagamento de direitos autorais. O livro de Fontana (1897) pertence ao Acervo de Obras Raras da PUCRS.

descrever o resultado da votação, evidenciando a vantagem obtida pelo Inspetor geral e seus partidários republicanos. Quatro votos decidiram a questão favoravelmente pela adoção. Dois votos foram contrários. E o sétimo voto, retirado da contagem, caracterizado como abstenção.

Segue o texto da ata da sessão que julgou a aprovação do manuscrito, para demonstrar a extensão das considerações e os fundamentos críticos dos inspetores contra a aceitação da obra e os entendimentos sobre o que se esperava de um livro didático de Geografia.

Ata da 10ª Sessão do Conselho escolar, Aos trinta e um dias de dezembro de 1897, [...] lido o parecer da comissão sobre **Geografia do Rio Grande do Sul, por Henrique Martins, depois de longa discussão em que tomaram parte quase todos os membros do Conselho, votaram a favor do parecer aprovando a obra Srs. Prates, Toscano, Fernandes e Lucio Cidade**, que retirou o seu parecer em separado e disse que votava pelo parecer [sic] visto que o Sr. Inspetor Geral declarou ter examinado detidamente a obra, achando-a boa. **Deixou de votar o Sr. Brandão** declarando que 'conquanto se reconheça a competência do autor da obra de que se trata no parecer sujeito á votação para ser coerente com o procedimento que teve em cima das sessões anteriores porquanto só ontem viu o manuscrito, digo só ontem viu a mencionada obra em mão de um dos dignos membros da 1ª comissão e portanto não a leu'. **Votaram contra os Sr. Pena que declarou 'votava contra a aprovação do livro atendendo a falta de mapas apesar de reconhecer a competência do autor e Duplan que justificou o seu voto pelo modo seguinte** 'considerando que o objeto de ensino de geografia na escola primaria é dar-se ao aluno um conhecimento tão exato quanto seja possível do nosso mundo terrestre, principalmente dos lugares em que vivemos, forma geral, acidentes particulares com as conseqüências que estes deixam, raças de homens, animais e plantas, espécies de minerais, estabelecimento dos homens e mudanças que sua industria, comércio,

relações recíprocas tem introduzido nas condições materiais, divisões especiais que seu modo de viverem e de se agruparem em sociedade comporta; **é considerando que tudo isso pode ser e representa sendo a geografia mais ciência da vista, por assim dizer, á vista das crianças é que deve dirigir o mestre, considerando que limitar-se a fazer o aluno ler e decorar um tanto por exato e lógico que seja, importa em cercar-se o ensino, substituir o concreto pelo abstrato quando o concreto é acessível as cousas pela palavra onde ate certo ponto constituem o próprio saber, considerando que um texto de geografia não pode passar de intermediário, de auxilio para firmar na memória o que foi primeiramente percebido pela vista, ou na própria natureza, ou em relevos, estampas e mapas. Considerando que o manuscrito de Geografia do Estado sujeito ao exame do Conselho não é acompanhado de trabalho algum de cartografia, etc. que seja a explicação e comentário como deveria ser atendido a insuficiência dos mapas existentes e a falta de concordância destes com a matéria exposta no aludido manuscrito; parece-me que Geografia do Estado, pelo Dr. Henrique Martins, embora tenha todas as qualidades que se deve esperar do seu prezado autor, não preenche a lacuna apontada pelo Sr. Inspetor Geral em seu relatório uma vez que de acordo com o artigo 6º do Regulamento em vigor se tenha em vista ministrar o ensino nas aulas sustentadas pelo Estado de conformidade com os métodos e processos mais universalmente adotados hoje em relação a essa disciplina, e pelos motivos expostos voto contra o parecer da 1ª comissão**'. [AHRGS, livro 56, p. 14-16. **negritos nossos**].

Analisando as informações do documento apresentado acima, encontra-se Pedro Henrique Duplan⁹ argumentando, a partir dos fundamentos pedagógicos de ensino intuitivo, utilizado

⁹ Inspetor da 2ª região escolar – sede em São Leopoldo; ex-diretor da Instrução pública e ex- diretor da Biblioteca do RS, cargo no qual foi substituído pelo autor didático José Pinto Guimarães (O Rio Grande do Sul para as escolas).

desde o período imperial, sobre as contradições do voto do inspetor geral que, através de decreto (n° 89 – 02/02/1897), havia oficializado o método intuitivo¹⁰ no sistema escolar do RS republicano. Duplan reivindicava a inserção de figuras e mapas, conforme os métodos "universalmente" adotados na disciplina de geografia, criticava o excesso de textos naquele livro. Os republicanos discordaram, salvaguardando a figura do autor o qual, naquele ano, seu livro *Chorografia do Brasil* (1896) alcançava a quinta edição e ainda circulava a segunda edição de *Elementos de cosmografia* (1882). O Inspetor Geral aprovou o manuscrito, ignorando as longas e contrárias considerações e exigências de exatidão no conteúdo das lições, formuladas pelo conselheiro escolar H. Duplan.

O Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates, posteriormente, valorizou a obra de Martins como merecedora da adoção pelo "nome de seu autor, ilustre homem de letras que relevantes serviços tem prestado a sua pátria [...] impõem-se este seu último livro pela exatidão, método e moderna orientação". (Relatório, 1898, 474). Esse discurso justificava improcedentes as críticas à ausência de mapas naquela publicação, feitas pela comissão que avaliou o manual,

porque os mapas intercalados no texto ou em folhas próprias, além de encarecerem os livros, tem o grave inconveniente de pretender obrigar a criança a ler simultaneamente em duas páginas do mesmo livro; por isso os modernos compêndios de geografia abandonaram este pernicioso método, seguido, em verdade até 1895 na

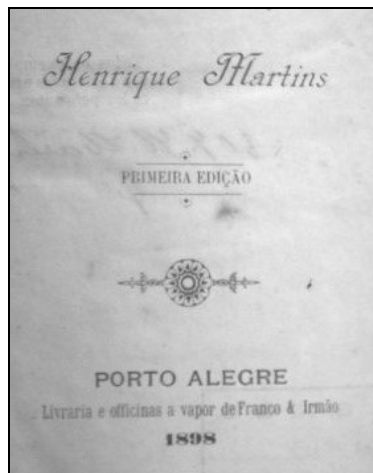
¹⁰ O método intuitivo compreendia a apreensão do conhecimento através da "lição das coisas", partindo do concreto ao abstrato, através de objetos didáticos utilizados em sala de aula que correspondiam a uma coleção pedagógica. Entretanto, o livro de leituras tornou-se o principal, senão o único, instrumento auxiliar de ensino disponível para professores e alunos durante o período republicano. Para o método intuitivo, no Brasil do século XIX, ver SCHELBAUER, Analete Regina. *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1880)*. Tese, USP, 2003.

República Argentina, de onde foi ultimamente banido, como atesta Alfonso Cosson em seu minucioso e recente compendio de geografia para as escolas elementares (Ibidem).

O sistema escolar implementado buscava métodos de ensino cuja matriz era norte-americana e, sob o ponto de vista dos castilhistas, haviam sido satisfatoriamente empregados na República Argentina. Nessas circunstâncias, o processo de gênese da Educação republicana no Estado obrigava, de modo figurado, a dançar um tango, pois seguia o modelo argentino como exemplo de modernidade¹¹. A impossibilidade de inserir gravuras nos livros didáticos encontrava-se explícita no argumento de "encarecer" os custos de produção e por uma estranha patologia, um tipo de "miopia cartográfica", segundo admitiu o inspetor geral, Manoel Pacheco Prates, "jamais [o ensino de geografia] poderá ser ministrado nos microscópios mapas intercalados no texto e sim em cartas murais. Para este ensino, quanto maior for a escala adotada, tanto menos dificuldades encontrará a criança para formar idéia aproximada da extensão da região objeto de seu estudo" (idem, p.475).

A idéia de mapa de Pacheco Prates encontra paralelo em um texto de Jorge Luís Borges, em *História da infâmia universal* (1993). Borges narrou a história da confecção de um mapa que cobria, em extensão e detalhes, toda a superfície do reino ao qual retratava. Depois de terminado, o objeto tornou-se impróprio para a consulta e foi abandonado no deserto. Para Pacheco, um mapa seria quanto mais didático se sua escala gráfica correspondesse ao tamanho real do espaço a representar.

¹¹ Conforme admitiu em relatório à presidência do Estado, o inspetor geral, para redigir o texto do decreto n.º. 89, "guiei-me pela legislação norte-americana, vantajosamente aplicada na República Argentina, tive o cuidado de fazer as profundas modificações exigidas pelo nosso meio e pela Constituição do Estado" (Relatório, 1897, p.408).



Detalhe da folha de rosto da obra didática às escolas elementares fornecida desde aquele ano pelo Estado do RS. "Henrique Martins – PRIMEIRA EDIÇÃO – PORTO ALEGRE – Livraria e oficinas a vapor de Franco & Irmão – 1898"; (Fonte: IHGRS). Na página seguinte havia a dedicatória "seu distinto amigo Dr. Manoel Pacheco Prates, ilustrado e digno inspetor geral da instrução pública do Estado do Rio Grande do Sul". Para nossa análise, um fator que auxiliou na aprovação, encontrava-se naquela dedicatória, "um gesto que inicia estas relações de clientela, ou de patrocínio" (CHARTIER, 1999, p.39), uma antecipação de agradecimentos.

Após o parecer positivo do Conselho Escolar, o manual passou pelo processo de oficialização. Recebeu registro em livro próprio: os Atos de adoção de livros; documentos que confirmam o compromisso do Estado em distribuir os manuais reunidos em livro próprio, não contam, porém, com mais de meia dúzia de registros. O ato de adoção, além de avaliar a qualidade do material após a impressão, faz um breve histórico institucional. Sobre Geografia do Estado do Rio Grande do Sul, de Henrique Martins, diz

[Ato] N° 2_Ato de 16 de fevereiro de 1898 mandando adoptar para o uso nas escolas elementares a Geografia do Estado do Rio Grande do Sul por H. Martins [...] Considerando que a 'Geografia do Estado do Rio Grande do Sul' por H. Martins approvada em manuscripto enquanto texto e methodo pelo conselho Escolar, em sessão de 31 de dezembro do anno próximo passado, reúne as condições exigidas para um livro destinado ao ensino elementar porque esta nitidamente impresso em papel e em formato próprio.¹²

Tendo sido feita impressão tipográfica nas oficinas de Franco & Irmão, em Porto Alegre, e o ato de adoção, os livros de Martins chegaram ao Almojarifado da Instrução Pública¹³, órgão responsável por receber diversos materiais e proceder o seu envio às escolas elementares. A primeira compra de livros pelo Estado, efetuada em 1898, envolveu a aquisição de 4500 exemplares, obtidos pelo livreiro Rodolpho José Machado, fornecedor de materiais escolares. Naquele ano, 2913 exemplares do manual foram prontamente distribuídos às escolas, restando ainda 1587 unidades no aguardo de entrega. É provável que as aulas da 1ª Região escolar, isto é, de Porto Alegre e arredores, tenham sido as primeiras a receber os novos manuais de Geografia. Em 1899, pode-se verificar a maior quantidade de livros didáticos encaminhados às aulas públicas e o menor registro de exemplares armazenados.

O quadro, abaixo, descreve o movimento de livros de Geografia, no almojarifado da Instrução Pública, composto a partir de dados obtidos do *Livro do Registro do mapa demonstrativo*

¹² Instrução Pública - Livro 195 -Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino:1897/1898. [pg.2, Ato n° 2; 16 de fevereiro de 1898].

¹³ AHRGS. Instrução Pública. *Livro do registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almojarifado da Instrução Pública e distribuído às escolas. 1898/1903.*

dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuídos às escolas de 1898 a 1903. (AHRGS/Livro - I 99),

Livros	1898	1899	1900	1901
Recebidos	4500	1500	1500	-
Distribuídos	2913	3021	1391	115
Restantes	1587	6	115	-

Cada exemplar do manual de Geografia do RS era adquirido por 2\$000 (dois Réis), conforme os valores estipulados nos *contratos com fornecedores de móveis e utensílios escolares* (AHRGS - livro 196), para os anos entre 1898 e 1902. Segundo esses contratos, cabia, também, ao governo do Estado a responsabilidade por distribuir os manuais escolares, no período mencionado.

Entre 1898 e 1900, o almoxarifado da instrução pública recebeu 7500 livros de Geografia do RS, tendo o Estado desembolsado 15:000\$000 (Réis) nas suas compras. Esse manual possui 96 páginas, enquanto o de História¹⁴, com 217 páginas, equivalia em preço (2\$000). Sob tais condições, o manual de Henrique Martins não era avaliado por seu número de páginas, porque nesse caso, seu preço equivaleria ao livro de leituras de José Pinto Guimarães, *O Rio Grande para as escolas*, com 101 páginas e adquirido, pelo governo, do mesmo fornecedor, Rodolpho José Machado, a 1\$000 cada unidade.

O conteúdo de Geografia do RS (1898)

O livro de Geografia conservou seu conteúdo inalterado por mais de dez anos, apenas os dados quantitativos (número de habitantes do estado, no total e em cada cidade, número de escolas

¹⁴ MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino*. Porto Alegre: Franco & irmão, 1898.

e alunos) foram atualizados. Comparando as edições de 1898 e 1909 (4ª ed.), não foram verificadas variações significativas no número de páginas (96) ou itens do índice.

A obra é dividida em duas grandes partes. A primeira, dedicada à geografia física, contendo três capítulos: *Orografia* (relêvo), *Hidrografia* (rios e lagoas) e *Ilhas e portos* (p. 5-46). A segunda parte refere-se à geografia política do Estado, dividida em quatro capítulos sem títulos (p.47-96). No primeiro capítulo, estão descritas as divisões (interior e litoral); as coordenadas cartográficas (longitude e latitude) chamadas por "posição astronômica"; linhas divisórias do Estado; população e clima. O segundo capítulo trata da organização burocrática, inclui os itens como divisão administrativa, judicial, eleitoral, eclesiástica, as fronteiras, as polícias e a força pública, e também a instrução pública¹⁵ e as fronteiras. O capítulo terceiro aborda a "produção natural" (os três "reinos": mineral, vegetal e animal), além de desenvolver os itens - agricultura, indústria, comércio, vias de comunicação, telégrafos e telefones. O último capítulo trata das ocupações humanas cidades, capital, vilas e povoados.

Em recente publicação sobre a avaliação das coleções de livros didáticos no Brasil (SPOSITO, 2006) foram analisados os conteúdos de Geografia do ensino fundamental. Os erros mais freqüentes, encontrados nos manuais modernos são tautologismos. Apontamos, porém, que tais enunciados continuam circulando, ao longo de um século, em alguns livros didáticos de Geografia, tanto naqueles descritos por Sposito (2006, p.55-71) quanto em

¹⁵ Sobre instrução pública declarou haver uma Escola de Guerra, as faculdades de Engenharia, de Medicina e Farmácia, e de Direito. Liceu de Agronomia em Pelotas e outro em Taquara. Descreve o ensino primário como "livre, leigo e gratuito" denominando o inspetor geral como diretor da instrução pública. Atualizou os dados de freqüência nas aulas, "33 alunos por escola sendo o número destas de 1025". Apontando a divisão do estado em regiões escolares e a presença dos inspetores regionais, conclui o item dizendo que "o inspetor geral e os inspetores regionais formam o conselho escolar" (MARTINS, 1909, p. 61-2).

Henrique Martins. Vejamos esses exemplos: "ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados" (MARTINS, 1898, p. 42), ou "ponta é uma porção de terra estreita e baixa, que entra pelas águas" (idem, p. 23), "planalto é uma planície situada em altura maior ou menor" (idem, p. 7) ou "a superfície da Terra é a sua parte exterior e chama-se também superfície terrestre" (p. 6).

Martins entende que a Geografia "tem por fim a descrição da superfície da Terra" (MARTINS, 1898, p.5), sem a declarar uma ciência. Descreve a Terra como "um corpo redondo, assemelhando-se á uma bola; ela tem quase a forma de uma esfera e está solta no espaço" (idem, p. 5). O que se questiona é a imagem que expressou a representação do planeta, como "um corpo redondo [...] solto no espaço", sem qualquer menção ao seu movimento orbital. A imagem produzida para definir a totalidade da superfície terrestre - "corpo redondo" -, não pode ser explicada como uma analogia do autor¹⁶ foi, no mínimo, despropositada.

Martins não especifica quais metodologias e técnicas foram empregadas para efetuar a sua "descrição" geográfica do Estado. Mas, é evidente a pesquisa bibliográfica como principal método aplicado para a elaboração do livro Geografia (1898). Na primeira nota de rodapé¹⁷, pode-se ler: "(1) O Rio Grande do Sul pelo Dr. Alfredo Varela¹⁸, que consultamos diversas vezes"

¹⁶ Em *A Poética do espaço*, o filósofo Gaston Bachelard analisou "a fenomenologia do redondo" (2003, p. 235-42). Bachelard argumenta que as referências ao modelo de "ser redondo" são utilizadas para enriquecer a descrição de uma imagem, porque a geometria euclidiana conceituou a esfera como algo "perfeito". Assim, a imagem da Terra como um "corpo redondo, solto no espaço" foi uma abstração de tal ordem, escrita por Martins, que apenas o recurso literário pode justificar seu uso.

¹⁷ A numeração das notas de rodapé, em *Geografia do Estado* (...), reinicia a contagem a cada nova página. Havendo, no total de vinte e sete (27) notas.

¹⁸ Alfredo Augusto Varela (Jaguarão, 16/09/1864 – Rio de Janeiro, 27/07/1943) publicou *Rio Grande do Sul, descrição geográfica, histórica e econômica*, Porto Alegre: Oficinas a vapor da Liv. Universal, editores Echenique e Irmão - 1897, 1ª edição.

(MARTINS, 1909, p.15). Sendo esse mesmo autor, referido, ainda, uma segunda vez em nota: "(1) Dr. Alfredo Varela. – O Rio Grande do Sul." (idem, p. 39).

A leitura da obra de Alfredo Varela¹⁹, *O Rio Grande do Sul* (1897), permitiu qualificá-la como a base textual do livro de Henrique Martins (1898). Tornou-se possível afirmar que a obra *Geografia de Martins* foi composta, exclusivamente, pela compilação do texto de Varela. Encontram-se, inclusive, as mesmas citações em Varela, da obra de Arthur Montenegro, das quais valeu-se Henrique Martins (1898). A organização e a denominação dos títulos, disposta pelo índice de Martins (p. 95-6), segue, identicamente, o índice de Varela (1897, p. 507).

Em relação ao livro didático de Martins, o texto de Varela distancia-se pelo seu estilo literário, pela variedade de dados empíricos, reflexão crítica e número de páginas (507 páginas). Varela, ao descrever aspectos da Instrução Pública, criticou a forma de escrita dos manuais didáticos, fazendo a seguinte proposta "para obter-se um resultado conveniente, que o Estado ordenasse que os livros do ensino primário fossem redigidos em ortografia fonética" (VARELA, 1897, p. 392). Essa característica crítica da análise de Varela, entretanto, Martins não a assumiu na sua adaptação "didática" daquela obra.

Outro autor citado é "(1) J. Arthur Montenegro²⁰. –

¹⁹ Encontramos, na coleção de obras raras da Biblioteca Central da PUCRS, além do livro citado, entre outros trabalhos de Varela: *Pátria: livro da mocidade*, editado em 1900 pela Lammert, no Rio de Janeiro. A folha de rosto informava, em favor da editora, que entre outras obras do mesmo autor "A entrar para o prelo – (...) *Geografia riograndense para escolas*". Varela pretendia participar do mercado de livros didáticos.

²⁰ José Arthur Montenegro (Sobral, 29/02/1854 - Porto Alegre, 04/04/1921) publicou *Notas para a carta Geográfica do Rio Grande do Sul*, em 1895, cuja edição coube à Liv. Rio Grandense, Rio Grande (60 págs.). Militar e funcionário da Estrada de Ferro (P. Alegre – Uruguiana). Membro da Academia de Letras do Ceará e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (VILLAS-BOAS,

Notas para a carta geográfica do Rio Grande do Sul." (idem, nota 1, p. 25), que recebeu uma segunda nota de referência: "(1) Arthur Montenegro. – obra citada." (nota 1, p. 40). Mereceram destaque, também, Ayres Cassal²¹ (p. 40, nota 2), o capitão Hyppolito das Chagas Pereira²² (idem, p. 30, nota 1) e o coronel Bento Porto e seu mapa (idem, p. 48, nota 1). A referência cartográfica foi valorizada no texto escolar, porque, segundo concordou Henrique Martins (1898), o mapa atualizava as fronteiras naturais do RS, "assinalando que o rio Barrocas não afluía ao rio Touros, mas sim ao Rio das Contas", definia uma versão para a linha divisória entre o RS e Santa Catarina ao "continuar pelo rio das Contas até o Pelotas" (MARTINS, 1909, nota 1, p. 48).

As notas utilizadas serviram como um artifício para produzir sentido realista à escrita, articulando nomes próprios (autores, personagens e lugares), descrições de eventos e textos arrolados. O historiador Michel De Certeau (1982, p.122) apontou que "a citação é o meio de articular o texto com sua exterioridade semântica, de permitir-lhe fazer de conta que assume uma parte da cultura e de lhe assegurar, assim uma credibilidade referencial". O mapa citado²³, no livro de Martins (1898), é uma

1974, p.325). Em 1894, publicou em Rio Grande, uma proposta de estatuto para o Instituto Histórico e Geográfico do RS.

²¹ Por considerar o rio Santa Maria como a origem do rio Ibicuí. Conhecido como Aires de Casal, autor de *Chorografia brasileira*, 1817.

²² Pela informação que localizava a nascente do rio Taquari na serra do Maia Côco.

²³ Em 1992 (Bagé, 29-31/out.), os Anais do II Simpósio sobre Fontes para a história da Revolução de 1893 (URCAMP, 1992, p.31-35), traziam, em anexo, um pequeno texto intitulado *Breve esboço do cerco de Tijucas* de Breno Meletti Duarte (s/p). Na bibliografia do artigo consta o mapa dos oficiais Bento e Rath, porém, indica a origem gráfica na "Impressora Paranaense (Curitiba, s/ data)". Essa evidência indica uma segunda impressão da obra cartográfica. O mapa original foi impresso na oficina litográfica de Ignácio Weingartner, (Acervo de obras raras/ PUCRS).

fonte que possibilita efetuar conexões entre documentos diferentes, como relatórios da instrução pública e atas do conselho escolar.

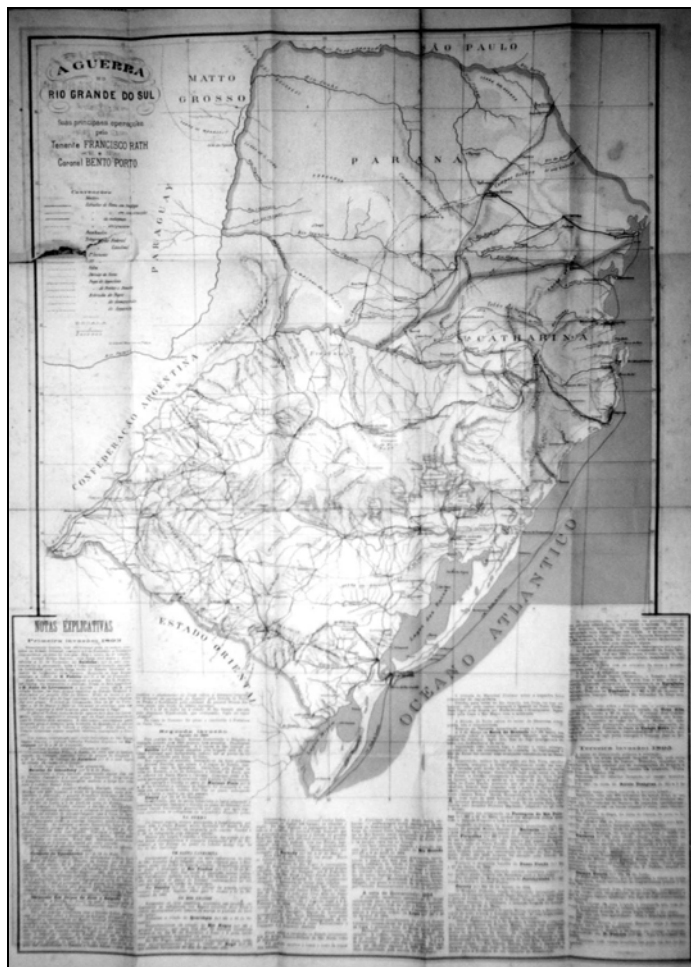


Fig. 1. Mapa: A guerra no Rio Grande do Sul, suas principais operações. Pelo tenente Francisco Rath e coronel Bento Porto (1896), citado em Martins. Escala de 1:2.000.000. Anexo ao mapa segue um texto: Nota Explicativa. Constituinte uma cronologia dos acontecimentos da Revolução Federalista, complementa as informações do mapa, enumera as "principais batalhas" e três

invasões do RS. Descreve a "volta de Gumerindo", os deslocamentos das tropas federalistas e republicanas nos estados do Paraná e de Santa Catarina, traça o rumo da frota rebelde na costa brasileira, em uma evidente apologia aos revolucionários. (Fonte: PUCRS).

Martins dedicou ao capítulo II - "Hidrografia" - vinte e cinco páginas, nas quais concentrou dezoito notas de rodapé (MARTINS, 1909, p.20-45). Tendo a palavra escrita como o único recurso à disposição do autor, para comunicar suas lições, devido ao impedimento da utilização de imagens de mapas cartográficos. Martins esforçou-se em representar o espaço geográfico através das pormenorizadas descrições copiadas do texto de Varella (1897). Citamos, como exemplo para a argumentação, as seguintes "descrições" de Martins,

Perto de Itapuam há uma bóia iluminadora, outra em S. Simão e um mangrullo iluminador na barra de S. Lourenço.[...]a lagoa] Mangueira ou do Albardão, assim chamada porque fica na costa que tem esse nome. É a antiga Saquarembó dos espanhóis. Tem ela 120 quilômetros de comprimento e 12 em sua maior largura e fica á leste da Mirim.[...] Desde alguns anos desapareceu o arroio Tahim que era um canal de descarga dessas lagoas para a Mirim (MARTINS, 1909, p. 24-5).

Tantas páginas e notas de rodapé concentradas em um único tema encontram explicação histórica, para além da valorização do "grande número de rios notáveis, não só por sua situação como por serem navegáveis em maior ou menor extensão" (ibidem), comprovam a importância, naquela época, dos recursos hídricos como meio de transporte. As possibilidades de navegação foram indicadas em informações do tipo "profundidade do canal navegável [da Lagoa dos Patos] varia de 9 a 11 metros, sendo entretanto de 3 ½ metros apenas próximo ao canal de S. Lourenço" (idem, p. 24) ou, "Jacuí [...] excelente via de comunicação entre a capital do estado e numerosas localidades e centros produtores" (p. 28). As descrições de embarcações aceitas nos rios qualificam a navegabilidade do "Taquari [...] podendo ir

pequenos vapores" (p. 31), do "Caí [...] navegável por vapores de médio calado" (p.32), do "Gravataí [...] freqüentado por lanchões e um pequeno vapor até o porto das Canoas" (idem, p. 33) e do "Capivari [...] rio de pequena extensão e pouco fundo, apenas navegável por iates" (idem, p.34).

Ainda, sobre o tema "vias de comunicação", admitiu haver "inúmeras" estradas de rodagens, em geral, "se tornam más na época das chuvas", e apesar dos "obstáculos que embaraçam a navegação, obstáculos que o governo trata de fazer desaparecer, para cujo fim há contínuos trabalhos. Mesmo assim a navegação é entretanto muito animada e importante" (idem, p. 71-2).

No capítulo III – Ilhas e portos (idem, p.42-45) – denominou cinco portos existentes no RS. Ao finalizar comentou: "o chamado porto das Torres, ao norte da costa. É aí que se projeta construir um porto de primeira ordem, em ligação com a capital do Estado por meio de uma estrada de ferro" (idem, p. 45). Esta questão do porto em Torres, não é a única inserção textual a qual propõe ao leitor um futuro a ser construído pelo governo republicano. Um tempo no qual a modernização proposta pelos republicanos solucionará os obstáculos herdados do passado. Como exemplo disso, o autor destacou a intervenção tecnológica sobre o rio Caí, no porto "Maratá, lugar em que está sendo aplicado, pelo engenheiro Dr. Costa da Gama o sistema de barragens automóveis, o que produzirá um notável melhoramento em sua navegabilidade" (MARTINS, 1909, p. 32).

A imagem do tempo vivido por Martins encontrou, sob a forma do texto didático, a oportunidade de transformar-se em memória narrada. Nesse caso, a perspectiva de integração entre as colônias de agricultores do vale do Caí e a capital do Estado, sustentada pelos "melhoramentos da navegabilidade", foi marcada pela participação do estado republicano, evitando a qualquer outro grupo, futuramente, assumir a autoria do empreendimento em seu discurso de reconstituição histórica.

Martins (1898, p. 55-56), também, descreveu a Instrução Pública no Estado, apresentando índices de frequência, quantificando escolas, "*em média 43 alunos por escola, sendo o nº destas 608, que são as providas de professores, porém de escolas criadas é de 770*". Contudo, os números citados extrapolam os relatos da Instrução Pública. Em 1899, o Inspetor Geral, Manuel Pacheco Prates, admitia a existência de 741 escolas no Estado, sendo que 523 em funcionamento, isto é, providas de professores²⁴. O número de alunos do sexo masculino era de 11.276, e o de alunas 8.777; um total de 20.053 alunos matriculados nas escolas públicas. Quanto aos professores, naquele ano, estavam registrados 590 profissionais de ensino.

As técnicas de escrita de livros didáticos, no RS de finais do século XIX, assentavam na compilação. Os critérios utilizados na seleção dos textos de Geografia incluíram propaganda republicana, visão estratégica militar do território, notas à memória dos traumas decorrentes da Revolução federalista (1893/95) e ausência de críticas à economia do RS. E, nesse caso, traços das lembranças de certos episódios da Revolução Federalista (1893/95) foram, imediatamente, após o término do conflito, inseridos na quinta edição de *Elementos de Chorografia do Brasil* (1896) e, posteriormente, em *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul* (1898). Essas inserções narrativas são lembranças pessoais do autor aos leitores. Houve, em Martins, urgência em delegar no passado um lugar à violência exacerbada da guerra civil ocorrida no Estado.

Em fevereiro de 1893, dá-se a invasão federalista e principia a guerra civil, encarniçada, feroz e desumana

²⁴ Correspondendo estes números ao cadastro de dados de 31 de maio de 1898. Ao que se "entendia" por escolas incluía-se salas alugadas, nas quais havia um professor responsável por um turma de níveis escolares diversos. Relatório 1899. Instrução Pública. p. 10. Anexo: *Quadro demonstrativo do movimento das escolas públicas do Estado no anno de 1898*. p. 10

que ensangüenta o solo rio-grandense, que por cerca de 3 anos tem seus campos talados, suas cidades invadidas, casas incendiadas, tendo como conseqüência a desolação completa da campanha. Finalmente, em 23 de agosto de 1895, estabeleceu-se a paz que a anistia concedida pelo congresso Nacional parece firmar definitivamente, e oxalá que assim seja e que os rio-grandenses se compenetrem de que a paz é o melhor dom de que podem gozar para que seu Estado progrida, desenvolva-se e assuma entre seus co-irmãos a posição a que tem direito. (MARTINS, 1896, p.164)

Apesar de atribuir à "invasão federalista" como a deflagração do conflito, em fevereiro de 1893, Martins serviu-se do termo *guerra civil*, para generalizar as práticas de violência, evitando apontar os responsáveis pelas casas invadidas, pelos incêndios nas cidades e nos campos, pelos assassinatos. A região da campanha²⁵, segundo Martins, sofreu "desolação completa" devido à "guerra civil", encontrando-se em um estado decadente. Diante do que o autor fazia votos para uma confirmação definitiva da anistia concedida pelo Congresso Nacional: "oxalá que assim seja" (*ibidem*).

Há lugares, no livro *Geografia* (1898), associados à lembrança de episódios daquela guerra civil. Quando refere-se ao rio Camaquã cita em nota que "nas pontas desse rio que fica o capão Carovi, perto do qual feriu-se [sic] o combate de 10 de agosto de 1894, no qual morreu Gumercingo Saraiva, celebre chefe revolucionário" (MARTINS, p. 38-9). Também, ao descrever um dos afluentes do rio Quaraí, o arroio Invernada,

²⁵ A região onde se encontra a "verdadeira riqueza do estado": a criação de gado (Martins, 1909, p. 68) – apesar de não ser feita "com os devidos cuidados" (*ibidem*). Essa região alcançaria a modernidade se a produção artesanal de queijo e manteiga atingisse a escala industrial (*ibidem*), e substituísse a tradição do pastoreio, racionalizando a criação do gado "solto no campo" pela "introdução de animais de raça" e o "emprego de forragens especiais" na alimentação do novo rebanho, o que demandaria o confinamento do gado (p. 69).

Martins abriu espaço em nota de rodapé para lembrar "à margem deste arroio, no lugar denominado Campo Osório, que houve o ultimo combate da revolução federalista e onde morreu o contra-almirante Saldanha da Gama, a 24 de junho de 1895" (p. 41, nota 2). E, ainda, a cidade de Bagé, "tornou-se celebre, durante a ultima revolução, pelo sitio que sofreu da parte dos federalistas que não conseguiram tomar a cidade, verdadeira praça de guerra, cujo comandante era o então coronel Carlos Telles" (p. 81).

Segundo Julio Aróstegui (2006), as memórias históricas surgidas da guerra civil diferenciam-se em duas vertentes, uma está ligada à memória da celebração, oficial e vitoriosa; a outra, subterrânea, é a memória da frustração, traumática, pertence aos vencidos.

○ desejo de recordação dos fatos de um passado histórico está ligado, sempre, à auto-satisfação coletiva, à auto-realização e auto-afirmação de uma história comumente celebrada. Os lugares de memória nascem, indefectivelmente, de um sentimento com esse sentido [...] O trauma coletivo, o fato trágico, o fracasso, o extermínio, levam em seu seio a memória da luta, do confronto, da repressão da lembrança e da tensão por sua recuperação. A memória do trauma é a da derrota, no mais amplo sentido. (ARÓSTEGUI, 2006 p. 70).

Podemos enquadrar Henrique Martins, também na linha de memorialistas do trauma, daqueles que ficaram com as recordações da derrota. Os elementos que compõem as lembranças, inseridas em *Geografia* (1898), recuperam um passado marcado pela tragédia e morte dos líderes da Revolução Federalista. Suas narrativas testemunham o "célebre chefe revolucionário"²⁶ (MARTINS, 1898, p. 39), apontam para o local do "último combate da revolução federalista" (ibidem, p. 41) e as referências bibliográficas do autor indicavam obras de crítica à

²⁶ Gumercindo Saraiva.

sociedade do RS (VARELA, 1897) e uma cartografia produzida para narrar as campanhas dos federalistas (PORTO, 1896). Martins rememorou as circunstâncias, os lugares e as datas, com precisão, que envolveram a morte de dois revolucionários (tratados respeitosamente) opositores aos republicanos castilhistas e destacou o sítio à Bagé, evidenciando derrotas militares e vidas perdidas.

A Revolução de 1893 também interferiu na instrução pública, professores foram acusados de propagar "idéias federalistas". Restaram alguns fragmentos (após o vandalismo praticado nas folhas do livro de atas do Conselho Diretor de Instrução pública - AHRGS, Livro 55) que testificam, durante os anos da Revolução federalista, a ocorrência de investigações dos inspetores regionais sobre o envolvimento e simpatia de professores às idéias revolucionárias. Duas folhas ainda permanecem para provar que, nas reuniões ocorridas em 20 de outubro de 1894 e 13 de junho de 1895, o Conselho julgou e avaliou acusações a professores e professoras do ensino público.

Considerações Finais

No Rio Grande do Sul, desde meados do século XIX, a impressão de livros didáticos, pelos castilhistas, dependia que o Estado assumisse a função de editor, selecionando os textos adotados para o ensino público, transformando-os em objetos escolares. A singularidade do conteúdo destinado às leituras nas aulas elementares, a fim de refletir a doutrina republicana, passou primeiramente pela reforma de 1897, extinto o Conselho de Instrução Pública, assumiam as autoridades o Conselho Escolar.

O autor de livros didáticos de Geografia, o professor Henrique Martins participou do mercado editorial do RS, no período de transição entre Império e República. O seu livro *Geografia do Estado do RS* (1898-1909) foi oficialmente adotado e distribuído às escolas elementares do Estado. A disciplina de

Geografia regional foi mantida no currículo escolar desde a Reforma da Instrução Pública de 1897 (RS, Dec. N.º. 89, 02/02/1897). O lugar intelectual da elaboração do texto de Henrique Martins, a Escola de Guerra de Porto Alegre (ou Colégio Militar), especificamente, a cátedra de Geografia, condicionou sua abordagem à problemática da navegabilidade. O pensamento estratégico-militar restringiu a observação empírica de Martins à praticidade, orientando-o apenas a avaliar os usos imediatos dos rios e lagoas como vias de comunicação. Porém, há aspectos materiais que desmentem os principais argumentos que sustentaram a aprovação daquela obra no Conselho Escolar (1897).

Primeiramente, trata-se de uma cópia (Varella, 1897), isto é, a obra não foi intelectualmente elaborada por quem a apresentou ao Conselho Escolar (Martins, 1897). O livro que originou a *Geografia do Estado do RS* destinava-se a um público leitor diverso dos alunos das escolas elementares. Em questões de referências bibliográficas, o livro didático de Geografia do RS republicano castilhistas conservou, ao longo das suas quatro edições (1898-1909), as notas de rodapé que indicavam autores e obras utilizados para sua compilação, manteve-se ao longo de uma década feito a partir de cópia de partes do livro editado por Alfredo Varella impresso em 1897.

Os apontamentos de Martins aos esforços do governo republicano, abrem espaços à memória oficial cujo público leitor deveria ser seduzido pela narração dos empreendimentos republicanos que, naquele momento histórico, dedicavam-se às melhorias necessárias ao progresso do Estado.

A ausência de ilustrações (mapas e figuras) não garantiu um preço equivalente aos demais livros adotados, esse manual custava o mesmo valor (2\$000 ou dois mil Réis) que a obra de João Maia, *História do RS* (1898), a qual possuía o dobro de páginas da Geografia. A tecnologia tipográfica do RS, em finais do século XIX, limitava a produção de ilustrações nos livros

escolares, as gravuras de mapas eram, em geral, importadas, o que encarecia o preço final dos exemplares.

A análise de conteúdo, ao manter o interesse na transposição dos elementos de memória social introduzidos no espaço-texto de Martins, potencializou a percepção de um processo de longa duração que envolve a 'tradição de lembranças' pedagogicamente formatada para a sociedade do RS associada à doutrina do PRR.

Existem três notas de rodapé, nas quais H. Martins citou eventos da Revolução federalista – as mortes de Gumercindo Saraiva²⁷ e Saldanha da Gama, o "cerco a Bagé". O autor copiou-as do texto de Varela (1897), porém essas notas carregam a memória da derrota, da dor da perda, enfim são memórias daqueles que sofreram com a derrota, não são lembranças de comemorações. As relações que estabelecem os textos das citações mencionam acontecimentos federalistas e não com o governo legalista. O que faz pensar em H. Martins como simpatizante do movimento revolucionário, considerando, também, o debate provocado quando da apresentação de seu livro ao Conselho Escolar em 1897, sendo sua aprovação decidida pelo voto dos inspetores.

Referências

ALMEIDA, Maximiliano M. M. de. *Mandado adoptar: livros didáticos de história e geografia do RS para as escolas elementares (1896 -1902)*. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2007.

²⁷ Esse foi o bode expiatório da perseguição castilhistas efetuada pelo Sen. Pinheiro Machado e sua Divisão do Norte. Morto, o túmulo de Gumercindo foi profanado, o cadáver esquartejado, sendo que sua cabeça e espada foram apresentadas no gabinete do presidente do Estado naquele ano de 1894.

ARÓSTEGUI, Julio. Traumas colectivos y memórias geracionales. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. *Guerra civil, mito y memoria*. Madrid: Ed. Marcial Pons, 2006. p.57-94.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 6ª ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORGES, Jorge Luís. *História universal da infâmia*. Trad. Flávio José Cardozo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1993.

DE CERTEAU, Michael. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Forenses Universitária. 1982

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

ESCOLANO BENITO, A. *Historia ilustrada del libro escolar en España*. Madrid: Fundación G. Sanchez Ruiperz, 1998. Vol2.

FLORES, Moacyr. *Historiografia*. Porto Alegre: Edição Renascença, 1989.

LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1979.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1978.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

VILLAS-BOAS, Pedro Leite. *Notas de bibliografia sul-riograndense*, autores. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1974.

Fontes impressas e manuscritas

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Pelotas. Oficinas a vapor da Livraria Americana. 15 de agosto de 1895./ 31 de julho de 1896./ 1897. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Leis, Actos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1897. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Echenique, Irmãos & Cia. 1907. (AHRGS).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Livraria o Globo. 1898. (BPERGS).

Relatório ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado da Fazenda. José de Almeida Martins Costa Junior. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação. 1898. (BPERGS)

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Oficinas Typographicas de Emilio Wideman & Filhos. 1899. (BPERGS).

GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca. *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. Porto Alegre: Livraria Americana, ed. Carlos Pinto e Cia, 1896. (IHGRGS)

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino*. Porto Alegre: Franco & irmão, 1898.

MARTINS, Henrique. *Elementos de Chorografia do Brasil*. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1896. (IHGRS).

MARTINS, Henrique. *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria e oficinas a vapor de Franco & Irmão, 1898. 1ª edição. (IHGRS).

MARTINS, Henrique. *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre: Liv. do Globo. 1909. (PUCRS).

PORTO, Bento; RATH, Francisco. *A guerra no Rio Grande do Sul, sua principais operações*. Porto Alegre. 1896. Mapa c/ notas explicativas. (PUCRS).

VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul, descrição physica, historia e economia*. Porto Alegre: Echenique & irmão. 1897. (PUCRS).

VARELA, Alfredo. *Pátria*: livro da mocidade, Rio de Janeiro: Lammert, 1900.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro -55. *Livro de Atas das sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895*.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro- I 56. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904*.

(AHRGS). Instrução Pública. Livro - I 99. *Livro do Registro do mapp demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuído ás escolas. 1898/1903.*

(AHRGS). Instrução Pública. Livro - I 195. *Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino, 1897/1898.*

(AHRGS). Instrução Pública. Livro – I 196. Livro no.1 *Registro de contratos com fornecedores de móveis escolares (1898-1904).*

Maximiliano Mazewski Monteiro de Almeida é Mestre e Doutorando em História das Civilizações Ibero-Americanas / Programa de Pós-Graduação em História /PUCRS - linha de pesquisa: Sociedade, Ciência e Arte.

Recebido em: 28/04/2010

Aceito em: 20/09/2010